



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

L E I Nº 967

**INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ADEMIR GARCIA MENDES, Prefeito Municipal de Butiá,
no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte L E I:

Artigo 1º - Artigo 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de saúde, executadas e coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, que compreendem:

- I - o atendimento à saúde universalizado, integral, regionalizado e hierarquizado;**
- II - a vigilância sanitária;**
- III - a vigilância epidemiológica e ações de saúde de interesse individual e coletivo correspondentes;**
- IV - o controle e a fiscalização das agressões ao meio-ambiente, nele compreendido o ambiente de trabalho em comum acordo com as organizações competentes das esferas federal e estadual.**

Artigo 2º - O Fundo Municipal de Saúde contará com as seguintes instâncias de gestão:

- a) Presidência - que será exercida pelo Prefeito Municipal;**
- b) Conselho Fiscal - que será exercido pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS;**
- c) Direção Executiva - que será exercida pelo Secretário Municipal da Saúde e Bem-Estar Social.**

. . .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

. . .

fl. 2

Artigo 3º - Compete ao Presidente:

- a) presidir o Fundo Municipal de Saúde;
- b) assinar cheques e outros documentos contábeis.

Artigo 4º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) estabelecer a política de aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Saúde;
- b) examinar, fazer as modificações que julgar pertinentes e aprovar o Plano de Aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Saúde;
- c) examinar e aprovar a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal poderá, a qualquer tempo, solicitar ao Diretor Executivo a posição contábil do Fundo Municipal de Saúde.

Artigo 5º - Compete ao Diretor Executivo:

- a) gerir o Fundo Municipal de Saúde em consonância com a política de aplicações definida pelo Conselho Municipal de Saúde;
- b) submeter ao Conselho Municipal de Saúde o Plano de Aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde, em consonância com o Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- c) submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais de receita e despesas do Fundo Municipal de Saúde;
- d) firmar, juntamente com o Presidente do Fundo Municipal de Saúde, convênios e contratos, inclusive de empréstimos, referentes aos recursos que serão administrados pelo Fundo Municipal de Saúde.

. . .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

. . .

fl. 3

Artigo 6º - Para a realização das atividades inerentes ao Fundo Municipal de Saúde, será utilizada a estrutura da Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos correlatos para a execução dos serviços de saúde.

Artigo 7º - Nenhuma liberação de recursos do Fundo Municipal de Saúde poderá ser feita sem a prévia aprovação do Conselho Municipal de Saúde.

Artigo 8º - Constituem receitas do Fundo Municipal de Saúde:

- I - os aprovados em Lei Municipal;
- II - os auxílios e subvenções específicos concedidos por órgãos ou entidades estaduais e federais;
- III - as doações de entidades privadas;
- IV - os provenientes de financiamentos obtidos em instituições bancárias oficiais ou privadas;
- V - os rendimentos das aplicações financeiras de suas disponibilidades e dos demais bens.

Artigo 9º - A Secretaria Municipal de Finanças manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, obedecido o previsto na Lei nº 4.320, de 17.03.64, e fará a tomada de contas dos recursos aplicados.

A.S. Parágrafo 1º - Os recursos do Fundo Municipal de Saúde, serão, obrigatoriamente, depositados em conta especial a ser aberta e mantida no Banco do Brasil S.A., não podendo as mesmas serem utilizadas para a abertura de créditos suplementares ou especiais em outras unidades orçamentárias que não a própria.

Parágrafo 2º - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

. . .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

. . .

f1. 4

- I - da existência da disponibilidade em função do cumprimento da programação;
- II - da prévia aprovação do Diretor Executivo do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo 3º - Obedecida a programação financeira previamente aprovada, o excesso de caixa existente, será aplicado no mercado de capitais, através de banco oficial de crédito.

Artigo 10 - Fica o Poder Executivo, autorizado a abrir, no presente exercício, um crédito adicional no valor aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde e constante no Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Saúde, destinado a atender os objetivos do fundo.

Artigo 11 - O Fundo Municipal de Saúde, constituirá Unidade Orçamentária específica vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social.

Artigo 12 - A despesa do Fundo Municipal de Saúde, se constituirá de:

- I - financiamento total ou parcial de programas integrados de saúde desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social ou com ela conveniada;
- II - pagamento pela prestação de serviços a entidades de direito privado para a execução de programas ou projetos específicos de setor saúde, observando o disposto no parágrafo 1º, artigo 199 da Constituição Federal;
- III - aquisição de material permanente de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de ações de saúde;

. . .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

. . .

f1. 5

- IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para adequação da rede física da prestação de serviços de saúde;
- V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de saúde;
- VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em saúde.

Artigo 13 - Constituem os ativos do Fundo Municipal de Saúde:

- I - disponibilidade monetária em bancos ou em caixas especial oriundas de receitas especificadas;
- II - direitos que por ventura vier a constituir.

Artigo 14 - Constituem passivos do Fundo Municipal de Saúde, as obrigações de qualquer natureza que por ventura o Município venha assumir para cumprir com o disposto no artigo 1º desta Lei, contanto que autorizados pelo seu Presidente.

Artigo 15 - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamental, observados o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e do equilíbrio.

Parágrafo Único - O orçamento do Fundo Municipal de Saúde, observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na Legislação pertinente.

Artigo 16 - O fundo Municipal de Saúde - FMS, terá vigência ilimitada.

. . .



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE BUTIÁ**

. . .

f1. 6

Artigo 17 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Em, 26 de dezembro de 1991

ADEMIR GARCIA MENDES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Em, 26 de dezembro de 1991

MARCOS LUIZ DE ASSIS ESPINOZA
Secretário Municipal de Administração